



# ORBIS

Boletim Trimestral do  
LEPEB-UFF



**Vol.1 – Nº 1**  
**Janeiro-Março/2023**  
**ISSN: 2965-2235**

## Dossiê “Cem dias do governo Lula 3”

### O governo Lula III e as Forças Armadas

*Danillo Avellar Bragança\**

Nestes cem dias do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, algumas mudanças já podem ser sentidas. Pouco mais de seis anos após o golpe de 2016, a percepção é de que se retorna ao processo democrático, com as urnas apontando uma reparação histórica, além de avisar de muitas formas que o caminho seguido anteriormente não compunha mais a vontade da maioria da população brasileira.

Este texto, escrito como parte das primeiras avaliações sobre o novo governo, aponta caminhos novos e repetições, que, em comparação com os dois primeiros mandatos de Lula, podem sugerir o que há de permanência e o que há de correção. São rumos novos, diante dos anos em que os militares fizeram parte do governo, desde a cúpula até os escalões iniciais, e que podem sugerir algum aprendizado.

Assim, este texto tem como objetivo principal trazer ao foco o tema das relações civis-militares, a partir do dia da posse de Lula até o seu centésimo dia de mandato. Em comparação com os outros cem dias, do primeiro e do segundo mandato, será possível indicar minimamente o que há de novo e o que não há.

O primeiro mandato de Lula da Silva começou no primeiro dia de 2003. Importante dizer que o contexto era inteiramente outro. Mesmo com a crise econômica deixada pelo governo anterior, politicamente o país era estável, com os militares, inclusive, consentindo pacificamente com o estabelecimento do Ministério da Defesa (MD), em 1999. Porém, mesmo com o cargo de ministro sendo ocupado por civis, o MD, enquanto pasta separada do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), deu aos militares, ao longo do tempo, grande autonomia sobre as decisões políticas e orçamentárias, dentre outras, que deveriam caber ao que se entende como mando civil.

O primeiro chefe da pasta indicado por Lula foi o então embaixador José Viegas Filho. Tido como bem relacionado com os militares, seguiu a tradição do MD de ministros civis, muito embora a hierarquia dentro do ministério permanecesse sob tutela de militares de carreira. O perfil político-burocrático se repetiu com Waldir Pires, escolhido ministro da Defesa no segundo mandato de Lula, a partir de 2007, após um período em que o então vice-presidente da República, José Alencar, comandou o ministério. Político cassado em 1964, Pires esteve no exílio e, quando voltou, formou a base do que seria

mais à frente o PMDB. Em 2007, em meio à crise deflagrada pela greve dos controladores de voo, ele foi substituído por Nelson Jobim, ex-ministro da Justiça do governo FHC e ex-presidente do STF, que acabaria por ser o ministro civil da Defesa que estabeleceria uma relação de maior proximidade com os militares.

Em 2023, o escolhido foi o pernambucano José Múcio Monteiro, também de perfil político-burocrático. Múcio foi escolhido - a despeito de outros nomes que circulavam fora do circuito partidário – devido à sua proximidade com Lula e ao seu bom trânsito com diferentes forças políticas e com os militares, resultante de uma longa trajetória, iniciada ainda durante os anos da ditadura, quando fora filiado à Arena.

Se os militares mantinham o domínio do MD, exceto pela chefia da pasta, no Gabinete de Segurança Institucional (GSI), os militares controlavam a maior parcela das funções atribuídas. O primeiro e único chefe do GSI com Lula, em seus dois mandatos, foi o general Jorge Armando Felix, depois de dois anos como comandante da 2ª Divisão de Exército, em São Paulo. Assim, o GSI é uma “casa militar” por excelência, como o próprio nome e a trajetória institucional do gabinete pode sugerir: Estado-Maior do Governo, com Vargas; ainda com Getúlio, foi transformado em Gabinete Militar, permanecendo assim até 1992; virou Casa Militar com Collor e se transformou em GSI com FHC.

Mais estável que a própria democracia, o GSI sobreviveu como conselho privilegiado da presidência em termos de segurança institucional e inteligência, embora nunca tenha cumprido as duas funções de forma consistente. O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) foi criado durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1999, pela Medida Provisória nº 1.670, de 19 de outubro de 1998. O decreto que regulamentou o funcionamento do GSI foi o Decreto nº 3.489, de 20 de junho de 2000. O GSI foi criado com a finalidade de assessorar o presidente da República em assuntos de segurança institucional e coordenar as atividades de inteligência do governo federal. Desde então, o GSI tem sido um órgão central na política de segurança e inteligência do governo federal. Foi extinto por Dilma Rousseff em 2015, após falhas graves no monitoramento das manifestações de 2013, 2014 e 2015. O GSI foi reinstituído pelo governo provisório de Michel Temer, em 2016. Em 2023, Lula escolheu o general Marco Edson Gonçalves Dias, que durante algum tempo compôs a segurança pessoal do presidente.

Os dois primeiros mandatos de Lula foram marcados pela ampliação da atuação das Forças Armadas para além das questões relacionadas à Defesa Nacional, alargando algumas das funções extraordinárias que lhe foram conferidas pelo texto constitucional de 1988. Em 2003, por exemplo, ocorreu um grande incêndio em uma área da Terra

Índigena Yanomami, na região amazônica do Brasil. O fogo se alastrou rapidamente pela vegetação seca da floresta, queimando casas, plantações e matando animais, além de causar graves danos à saúde e à vida dos indígenas que viviam na região. Acredita-se que o incêndio tenha sido causado por garimpeiros ilegais que atuavam na área.

O governo brasileiro, na época sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, mobilizou as Forças Armadas para atuar na região e combater o fogo. A operação contou com a participação de militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, além de equipes de bombeiros e agentes de saúde. O objetivo era apagar as chamas, garantir a segurança dos indígenas e coibir a atividade ilegal de garimpo na região. A operação de combate ao incêndio foi liderada pelo General-de-Brigada Jorge Armando Félix, então Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR). As Forças Armadas trabalharam em conjunto com órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Foi nesse contexto de ampliação das funções das FA, que a Lei 11.473 - nascida de uma MP de 14 de janeiro de 2007 - foi sancionada por Lula, em 10 de maio de 2007. A lei estabelece normas para a organização e o funcionamento das Forças Armadas brasileiras, regulamentando aspectos como a hierarquia e a disciplina, o ingresso na carreira militar, a promoção dos militares e o regime de trabalho. A lei também trata de assuntos relacionados à remuneração e aos benefícios dos militares, incluindo questões como aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio-moradia. Além disso, a lei prevê a criação de um conselho de defesa nacional, responsável por assessorar o presidente da República em assuntos relacionados à defesa nacional.

A Lei 11.473 é considerada uma das principais normas que regem a atuação das Forças Armadas no Brasil, tendo impacto direto na vida dos militares e na organização das atividades militares no país. A 11.473 criou condições palpáveis para que a cooperação federativa interagências pudesse se encontrar com o Ministério da Defesa. Por exemplo, o arcabouço jurídico aqui criado foi que deu oportunidade para que o Ministério da Justiça e Segurança Pública, então presidido por Sérgio Moro, pudesse ampliar a participação de militares da reserva em funções como investigação, policiamento ostensivo, guarda e custódia de presos, segurança de grandes eventos, policiamento ambiental, entre outras funções. As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (OPGlo), muito criticadas por seu uso e desdobramento, também estão sob o mesmo guarda-chuva legal.

Já em 2023, durante os cem primeiros dias do governo Lula III, nova MPv foi

editada para garantir recursos, a título de crédito extraordinário, a ser usado em ações emergenciais na mesma TI lanomami. Produto direto da ação de garimpeiros ilegais na região, a MPv repete uma função similar à do governo Lula I. Isto sugere que o problema se aprofundou. Uma equipe interministerial, muito mais ampla que em 2003, atuou na região, com previsão orçamentária maior e com melhor organização em relação aos destinos do crédito viabiliza.

Sobre os decretos presidenciais, estes foram mais numerosos. O choque dos primeiros cem dias, além de um marco importante para a comunicação oficial e para os números de popularidade de um determinado governo, tem também impacto de aglutinar as forças políticas em torno de um nome específico, e isto com Lula tem peso dobrado. O decreto 11.475/2023, promulga o Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, que tem impacto direto para Indústria de Defesa, e revitaliza também o Conselho de Defesa Sul-Americano.

O decreto 11.455/2023, sobre armas, foi debate ainda a ser resolvido no governo anterior. Por enquanto, o prazo para o cadastramento das armas de fogo foi estendido até o 3 de maio. O Exército tem sido duramente criticado pelo endosso à política de flexibilização para a compra de armas por civis, mas também por não ter conhecimento ou dados corretos sobre a quantidade, sobre a natureza, a função e a necessidade de se ter armamento exclusivo. Sobre isto, a responsabilidade foi transferida para o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), sem retirar das Forças Armadas a sua obrigação. Ainda sobre Segurança Pública, mas em tema que interessa à Defesa, o decreto 11.436/2023, dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), também sob controle do MJSP.

Sobre inteligência, um decreto importante. O governo Lula transferiu, pelo decreto 11.426/2023, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) do GSI para a Casa Civil da Presidência. A ABIN historicamente foi constituída por militares. É a peça central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), e herdeira dos serviços de inteligência transformados em polícia política ao longo da história do país. O objetivo geral é desmilitarizar a Agência, que esteve envolvida em muitos desvios do governo anterior.

A necessidade de escolher um general menos alinhado à Bolsonaro, se isto for possível, foi uma das questões dos cem dias do governo Lula. O GenEx Tomás Ribeiro Paiva assumiu o Exército, mas não de primeira. A primeira escolha de Lula seguiu o padrão de antiguidade, e o nome indicado foi o de Julio Cesar de Arruda, também General de Exército. Nunca um general ficou tão pouco tempo no cargo. Foi defenestrado no dia 21 de janeiro, ainda no rescaldo da tentativa de golpe do 8 de

janeiro de 2023 e das investigações de caixa 2 e de corrupção ativa atribuídas ao governo anterior. Em 2003, Lula indicou o GenEx Francisco Roberto de Albuquerque, que ficou o primeiro mandato inteiro. No segundo mandato, em 2007, Lula optou pelo GenEx Enzo Peri, que por sete anos permaneceu à frente do Exército, sendo enfim substituído por Eduardo Villas-Bôas, já depois do golpe em Dilma Rousseff. Entre 2015 e 2023, foram sete comandantes diferentes. Para a Marinha, foi designado o Almirante-de-Esquadra Marcos Sampaio Olsen, que não contou com seu antecessor na cerimônia de posse. Para a Força Aérea, o Brigadeiro Marcelo Kanitz Damasceno, que teceu muitos elogios ao Ministro da Defesa, José Múcio Monteiro.

A relação de Lula com os militares nunca foi distante. Isto pode ser dito, da mesma maneira que pode ser dito também que é difícil encontrar oficial de alta graduação que não tivesse se alinhado ao governo Bolsonaro e que não tenha endossado o tweet publicado por Villas-Bôas, ou ainda, que tenha torcido o nariz contra o golpe em Dilma Rousseff. O que precisa ser feito talvez passe pela negociação que Lula sabe empreender, ao mesmo tempo que em outras pautas, outros atores possam evoluir. É notória a fala do ministro Silvio de Almeida, dos Direitos Humanos, sobre a Lei de Anistia e a necessidade de investigar os crimes cometidos por militares, desde a ditadura. O processo que tramita contra o algoz de Inês Etienne Romeu na Casa da Morte em Petrópolis, por estupro, pode criar novas tensões, mas é preciso experimentar estas tensões e garantir que a justiça e a reparação sejam feitas.

Os gritos de “sem anistia” importam, mas não é como se pessoalmente o presidente Lula fosse o primeiro soldado a cavar flanco contra as Forças Armadas. Isto não quer dizer que o governo não vá dar continuidade à algumas linhas de raciocínio e ação que foram abertas no passado, como a Comissão da Verdade, a mudança nos currículos militares e, ainda, pautas mais novas, como a do impedimento de militares participarem de processo eleitoral como candidatos e, depois, voltarem à ativa. Para além do entendimento que há sobre o tema, há também o momento em que as Forças Armadas se encontram. Há novas linhas de ação, como as que estão sendo abertas pelo Ministério dos Direitos Humanos, que devemos prestar atenção. A exposição, excessiva no governo Bolsonaro, acabou por prejudicar a imagem das Forças Armadas, que sempre atuando na penumbra conseguiram manter sua autonomia e seu cartel de privilégios, além de receberem portentosas parcelas do orçamento para investimento em projetos especiais.

---

\*Doutor em Ciência Política (UFF) e coordenador-adjunto do LEPEB-UFF. E-mail: [danillo.braganca@yahoo.com.br](mailto:danillo.braganca@yahoo.com.br)